



RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL - 17 DE JULHO

UGT SAÚDA INTEGRAÇÃO DAS SUAS PROPOSTAS NO ORÇAMENTO SUPLEMENTAR

É NECESSÁRIO IR MAIS LONGE PARA CORRIGIR DESEQUILÍBRIOS

A Assembleia da República aprovou, no passado dia 3 de Julho, o Orçamento Suplementar para 2020 que, em traços gerais, vem assegurar o financiamento das medidas excepcionais de resposta à crise já em curso, bem como de outras das previstas no Programa de Estabilização Económica e Social.

A UGT regista positivamente os progressos, face à proposta inicial do Governo, com a integração de medidas e disposições que vão ao encontro de posições da UGT, as quais foram oportunamente dadas a conhecer aos Grupos Parlamentares. Entre estas, destacam-se medidas como:

- o apoio extraordinário de protecção social para trabalhadores em situação de desprotecção social, que não tenham acesso a qualquer instrumento ou mecanismo de protecção social, nem aos apoios sociais criados no âmbito das medidas excepcionais e temporárias (no valor mensal de 1 IAS - 438,81€, em linha com a prestação universal que propusemos),

e também:

- o pagamento a 100% do subsídio de doença em caso de COVID-19
- bem como o não acesso a apoios públicos em empresas em offshores.

Estas são medidas há muito defendidas pela UGT em sede de concertação social e em documentos da Central, e relativamente às quais nunca obtivemos uma resposta suficientemente forte por parte do Governo. Saudamos assim a inclusão destas medidas no OE 2020, sendo agora fundamental que se assegurem todas as condições para que todos estes apoios cheguem rapidamente aos trabalhadores e famílias.

Ainda assim, as alterações introduzidas são insuficientes para colmatar as fragilidades e insuficiências deste OE suplementar, nomeadamente em áreas fundamentais como:

- a manutenção do emprego e a protecção do desemprego (*sobretudo no que concerne à elevada precariedade que sempre pautou o nosso mercado de trabalho*),
- a protecção aos rendimentos dos trabalhadores e das famílias
- e a maior capacitação dos Serviços Públicos,

Questões que consideramos centrais para garantir, já nesta fase de estabilização, as bases **para um crescimento económico mais forte e socialmente mais justo e equitativo**.

Nunca será demais **relembrar o papel que cabe aos salários e rendimentos do trabalho na sustentação e dinamização da actividade económica**, num contexto externo incerto e desfavorável, bem como **enfatizar a centralidade do combate à pobreza e às desigualdades económicas e sociais para a construção de uma sociedade mais justa** e, conseqüentemente, de uma economia mais justa e sustentável.

Aqueles objectivos e prioridades não podem continuar a ser adiados ou secundarizados, devendo, a par de outras como o reforço da qualificação das pessoas ou os desafios digitais, ser assumidos como questões centrais nas políticas públicas e, muito em particular, na construção do Programa de Recuperação Económica e Social, o qual deve ser o resultado de um amplo debate e consenso político e social.

Neste quadro, a UGT espera que, no processo relativo ao necessário financiamento comunitário associado à pandemia, discutido novamente no Conselho Europeu de hoje, impere **o espírito de solidariedade que deve presidir ao projecto europeu e que o mesmo permita a rápida aprovação do plano de relançamento europeu** (preferencialmente hoje) em condições que permitam aos Estados-membros uma efectiva recuperação económica e social.

UGT PREOCUPADA COM EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO

É NECESSÁRIO MELHORAR A INFORMAÇÃO DOS ORGANISMOS DO ESTADO

A UGT regista que **os números do desemprego publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) dão hoje um retrato que não é homogéneo e que parece não reflectir adequadamente as evidências da realidade do mercado de trabalho**, nomeadamente as situações de desemprego com que muitos trabalhadores se têm vindo a confrontar recentemente.

Todos constatamos a destruição de muitos milhares de postos de trabalho, nomeadamente por via da não-renovação de contratos precários, que sofreram, uma vez mais, o primeiro embate desta nova crise, situação também evidenciada pelos dados da Segurança Social - entre 1 de Março e final de Junho entraram 161,7 mil requerimentos de subsídio de desemprego. Contudo, os dados do desemprego do INE apontam para uma descida de 6,2% em Março para 5,5% em Maio.

A UGT entende os constrangimentos e limitações relacionados com a utilização do conceito estatístico de desemprego (*conceito OIT/Eurostat uniforme a todos os Estados-membros*), que assenta, nomeadamente, no critério de procura activa de emprego, situação particularmente sensível num momento em que a paragem da actividade económica e a situação de confinamento inibem essa procura por parte dos desempregados e leva a que estes possam ser estatisticamente contabilizados como inactivos.

Neste quadro, a UGT considera que será porventura o momento de encetar uma discussão internacional e repensar este importante indicador-conceito, procurando reforçar a sua adequação à realidade, sobretudo em crises desta natureza, de modo a garantir o propósito de qualquer estatística – a caracterização da realidade para apoiar e sustentar a tomada de decisões.

No entanto, e no imediato, **a UGT defende a necessidade de uma comunicação mais transparente por parte dos responsáveis políticos, incluindo o próprio Governo,** os quais têm a responsabilidade de dar um retrato mais abrangente da evolução do nosso mercado de trabalho, **não minimizando ou passando ao lado de indicadores basilares como a população inactiva/desencorajada que nem sequer procura emprego - que tem vindo a aumentar - ou ainda o emprego, o qual regista uma redução muito alarmante.** Importa frisar que o INE estima que, de Janeiro a Maio de 2020, se tenham perdido mais de 200 mil empregos.

E não podemos deixar de alertar ainda para o que poderá ser o impacto severo no desemprego daqui a uns meses.

Ou já esqueceram que a protecção do emprego existente neste quadro excepcional se prolonga apenas 60 dias para além do layoff simplificado?

Ou que há ainda milhares de precários que estão de fora daquela protecção?

Conforme a UGT tem defendido, **são necessárias soluções que não se limitem a adiar o problema!**

OS SINDICATOS, O DIÁLOGO SOCIAL E A NEGOCIAÇÃO COLECTIVA NECESSITAM DE APOIO

COMISSÃO EUROPEIA NÃO PODE CONTINUAR A ASSOBIAR PARA O LADO!!!

A crise originada pela pandemia da COVID-19 teve impactos profundos na economia e no mercado de trabalho, minando a capacidade de intervenção não apenas das empresas, em que parece estar centrada toda a atenção, mas igualmente - por via da enorme destruição de emprego - das estruturas sindicais, sobretudo nos países mais afectados por esta pandemia.

Este é um problema para o qual a Confederação Europeia de Sindicatos (CES) vem alertando, exigindo da Comissão Europeia um instrumento de financiamento para os parceiros sociais, nomeadamente pela Resolução aprovada no seu Executivo de 2-3 de Julho.

A UGT associa-se à CES na exigência de um instrumento que, não substituindo as actuais linhas de apoio, venha reconhecer o importante papel que o diálogo social tem em momentos de crise - sobretudo por parte das estruturas sindicais com uma postura responsável, aberta e propositiva – e reforce a capacidade de intervenção dos parceiros sociais.

A Comissão Europeia não pode continuar inamovível - *com intermináveis discussões políticas entre Estados-membros e líderes governamentais, ignorando a enorme crise que se vai aprofundando dia após dia, geradora de pobreza, desigualdades e desemprego* - face à intervenção da CES, e deve dar uma resposta célere e suficiente que garanta que os parceiros sociais nacionais possam desempenhar de forma mais forte e eficaz um papel que todos sabemos ser fundamental:

- **No diálogo social e na construção de um clima de paz social;**
- **Na dinamização de negociação colectiva e na protecção do emprego;**
- **Na implementação mais eficaz e próxima das pessoas das políticas nacionais e europeias, nomeadamente do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.**

PELA RETOMA DO DIÁLOGO SOCIAL E DA NEGOCIAÇÃO COLECTIVA PARA ALÉM DA COVID-19

Os esforços dos parceiros sociais, nomeadamente em sede de concertação social, têm estado centrados nas respostas que as pessoas, os trabalhadores e as empresas exigem neste momento.

No entanto, não podemos esquecer os desafios que o nosso País enfrentava já antes desta crise e que continuam a exigir, porventura mais do que nunca, uma abordagem e uma resposta por parte do diálogo social e da concertação social tripartida.

É urgente retomar a discussão sobre a **valorização dos salários**, sobretudo quando sabemos que, numa crise que afecta todo o mundo, os salários, por via da dinamização do mercado interno, desempenharão um papel fundamental, não apenas para os trabalhadores, mas para a retoma da economia.

Num momento em que todos falam de teletrabalho, não deve ser esquecido o processo interrompido de concertação social sobre a **conciliação da vida pessoal, familiar e profissional**, para a qual o teletrabalho – assim seja bem regulado e utilizado – pode dar o seu contributo.

O nosso mercado de trabalho atravessa, e atravessará, mudanças cada vez mais rápidas, impondo-se **discutir as políticas estruturantes para o nosso País, como são as políticas de formação profissional e de protecção social.**

Não podemos continuar focados apenas no imediato, e os parceiros sociais têm de ser envolvidos de forma continuada e consequente na **elaboração, implementação e acompanhamento do plano de retoma económica** que se encontra a ser construído.

Num momento em que a crise evidenciou as fragilidades do nosso mercado de trabalho (como a precariedade) e em que a negociação colectiva se encontra paralisada pela incerteza e pela postura irredutível de muitos empregadores, importa visitar o acordo tripartido de 2018 “Combater a precariedade e reduzir a segmentação laboral e promover um maior dinamismo da negociação coletiva”.

E no que concerne à negociação colectiva, este novo e insustentável bloqueio a que assistimos no sector privado e no sector empresarial do Estado não deixa igualmente de ser motivado pelo exemplo dado pelo empregador Estado.

Na Resolução do Secretariado Nacional de 26 de Junho salientámos a intransigência patronal do sector bancário. Depois de milhares de milhões de lucro durante anos, distribuídos pelos accionistas, os trabalhadores do sector aguentaram-se como os heróis de serviço, mantendo a confiança dos clientes à custa de abnegação e brio profissional - a compensação é um aumento salarial de 0,0%. INACREDITÁVEL, com alguns bancos a contribuírem para as derrapagens do Orçamento do Estado e com injeções de liquidez à custa dos contribuintes.

Mas a intransigência patronal estende-se a outros setores do Privado, com muitos patrões a aproveitar a boleia da crise para pagar salários reduzidos, comparticipados pela Segurança Social e, quando chegar o final dos 60 dias do layoff, pergunta-se:

Quantas vão manter o nível de emprego?

Quantas vão encerrar, depois de esmifrar o Estado?

O que vai fazer o Governo quando estas irregularidades forem denunciadas?

A economia precisa de empresas para a retoma do crescimento. Mas mais do que tudo precisa de empresários sérios e transparentes, que cumpram as leis, a negociação coletiva, o diálogo social e respeitem a ética - se é que muitos sabem o que isso é.

Muitas empresas e muitos sectores atravessam dificuldades. Mas outras **(muitas) empresas e (muitos) sectores continuam a ter capacidade e dinamismo** que lhes permite uma aposta na valorização do trabalho e dos trabalhadores.

A quem pode exigimos duas coisas: responsabilidade e negociação!

E a UGT alerta desde já:

não aceitaremos que empresas que beneficiaram de apoios públicos para a manutenção do emprego venham, após os 60 dias que a lei exige, realizar despedimentos encapotados e ainda esperarem que, caso excedam as quotas de acesso ao subsídio de desemprego nas rescisões por acordo, seja a Segurança Social a pagar mais uma vez.

A UGT continuará fiel ao princípio de que não pode ser a Segurança Social a suportar os custos de opções empresariais, salvo quando esteja em causa a preservação de postos de trabalho.

REJUVENESCER E MODERNIZAR A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,
COM A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES

No que respeita à Administração Pública, a UGT considera que:

O Governo deve adoptar uma política de admissões que vise, de forma clara, **renovar e rejuvenescer os mapas de pessoal dos serviços da Administração Pública, ao mesmo tempo que se colmata a crónica falta de trabalhadores** que se verifica um pouco por toda a Administração Pública, num

desígnio que deve ser assumido como primordial para a manutenção da qualidade dos serviços públicos em Portugal.

Apesar de ser uma questão importante, **o teletrabalho não é o único passo a dar no sentido da modernização da Administração Pública, e não pode ofuscar todas as outras questões de extrema importância para os trabalhadores** da Administração Pública, pelo que a UGT exige que seja estabelecida como prioridade a abertura célere de canais de diálogo e de negociação que visem:

- a **negação absoluta de quaisquer políticas austeras** como caminho para o relançamento da economia;
- o reconhecimento da forma muito positiva como os trabalhadores da Administração Pública responderam aos constrangimentos provocados pela pandemia da Covid-19, traduzindo esse reconhecimento em ganhos efectivos para os trabalhadores, nomeadamente através da **valorização das carreiras e dos rendimentos**;
- a **regulamentação do subsídio de risco, penosidade e insalubridade** para todos os trabalhadores dos serviços em que se considere justificável a atribuição dessa compensação remuneratória, à semelhança do que foi já feito por vários países da União Europeia;
- a **revisão do Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP)**;
- a **resolução do problema dos trabalhadores do sector da saúde** em regime de contrato individual de trabalho (CIT), adoptando o vínculo único como forma de fazer justiça e proporcionar a estes profissionais o direito à carreira e a nela progredirem;
- estando já resolvida a questão da inscrição na ADSE dos trabalhadores abrangidos pelo PREVPAP e dos trabalhadores da juntas de freguesia aos quais essa possibilidade não foi dada no momento da admissão, medida que a UGT valoriza e considera essencial para repôr a justiça, equiparando os direitos de trabalhadores que desempenham as mesmas funções nos mesmos locais de trabalho, mas também para aliviar a pressão sobre o Serviço Nacional de Saúde, permanece contudo por resolver a situação dos trabalhadores com CIT (a maioria em funções nos hospitais EPE), urgindo uma **clarificação pelo Governo quanto à intenção de vir de facto a permitir a respectiva inscrição na ADSE** ou, por outro lado, se pretende contratar seguros privados no valor de milhões de euros para esses trabalhadores;

Não tendo sido feita, até ao momento, qualquer avaliação ou levantamento exaustivo acerca da forma como decorreu e decorre a experiência de implementação do **“teletrabalho”** na Administração Pública, a UGT não considera aceitável que o Governo estipule metas de trabalhadores a desempenharem funções nesse regime num momento em que persistem uma série de questões que

não estão devidamente regulamentadas e acauteladas no que respeita à adopção do teletrabalho, não devendo a situação excepcional que vivemos e a necessidade de combater a pandemia do novo coronavírus, em nenhuma circunstância, serem um pretexto para avançar apressadamente com medidas, preterindo outras, tão ou mais importantes para os trabalhadores da Administração Pública.

Perante isto, **a UGT exige a negociação da regulamentação do teletrabalho e a clarificação** sobre se essa regulamentação resultará na alteração da Lei nº35/2014 (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), do Acordo Colectivo de Carreiras Gerais I e do Código do Trabalho, de tal modo que se garantam os direitos dos trabalhadores.

A UGT considera que é justa e merecida **a atribuição de prémios de desempenho aos trabalhadores do sector da saúde** que estiveram e estão na linha da frente no combate ao SARS-CoV-2, sobretudo se tivermos em conta que os números conhecidos até à data dão conta de que, dos cerca de 3500 profissionais do SNS infectados, aproximadamente metade são médicos e enfermeiros e os restantes são técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais.

No entanto, a UGT não pode deixar de lembrar que existem **muito mais trabalhadores, de outros serviços essenciais, que deviam ser alvo de um reconhecimento que não se traduza apenas em aplausos e louvores, mas também em compensações remuneratórias** e outras, como agora se fez para os profissionais do SNS.

VALORIZAR E PROTEGER A SAÚDE E OS SEUS TRABALHADORES

Esta crise pandémica expôs, claramente, a falta de investimento nos últimos anos na área da Saúde. É inegável a desvalorização das carreiras de todos os profissionais de saúde, a inexistência de negociação colectiva e o menosprezo que até à actualidade as matérias que diziam respeito à saúde e segurança no trabalho. Hoje, ninguém pode negar que os riscos existentes no passado agravaram e que esta pandemia precisa de uma resposta global, envolvendo todos os intervenientes, trabalhadores, empregadores e governo.

Neste sentido, a UGT defende a existência de **um Plano Estratégico Nacional para contratação de recursos humanos qualificados (Enfermeiros/Médicos/TSDT), que reforce, pelo menos, em 30% a contratação de profissionais de saúde**, relativamente ao ano anterior, o que corresponderia a mais 10 000 profissionais de saúde em 2021.

Por outro lado, a UGT exige que a protecção dos trabalhadores seja uma prioridade, devendo ser **reforçada a Reserva Estratégica Nacional de EPI e Testes de Diagnóstico para 2020-2021**, tendo em conta o risco documentado de uma 2.ª ou mesmo 3.ª onda pandémica.

A UGT considera ainda de extrema importância o desenho e aplicação de **um Plano de Reorganização Assistencial (Doentes COVID e Não-COVID) que considere a opção de hospitais e unidades funcionais dos CSP dedicados a doentes COVID-19 e outros que mantenham a actividade assistencial (consultas, tratamentos, cirurgias)** para garantir que todos os cidadãos que utilizam o SNS, sejam tratados em tempo útil e com qualidade, minimizando os danos em saúde e nos sectores produtivos da economia.

PREPARAR O NOVO ANO LECTIVO

PELOS TRABALHADORES. PELOS ALUNOS. PELA EDUCAÇÃO

O ano lectivo que agora está a terminar, embora marcado por acontecimentos extraordinários e por condições excepcionais, com impactos sociais muito fortes neste momento e no futuro, **demonstrou que a Educação – com todos os seus profissionais docentes e não docentes – é uma instituição insubstituível para a promoção da equidade social.**

O Secretariado Nacional da UGT:

- **reconhece o tremendo esforço que foi realizado** no quadro da excepcional situação que vivemos desde março deste ano, através do contributo das escolas para o enquadramento de crianças e jovens filhos de muitos profissionais que tiveram de se manter a trabalhar nos mais diversos sectores, desde a saúde, à produção alimentar, aos transportes, ao comércio e serviços essenciais, à segurança, às comunicações.
- **sublinha a importância do trabalho desenvolvido** pelos Educadores e Professores portugueses para que se pudesse, primeiramente, manter a ligação com os Alunos, confinados em casa, distantes das dinâmicas relacionais do ensino-aprendizagem, em situações de extrema dificuldade, e depois, assegurando a actividade letiva presencial desde Maio, e agora os exames.
- recorda que nas actuais circunstâncias, apesar das palavras tantas vezes ditas e reditas, **educadores, professores e trabalhadores de apoio educativo se sentiram muitas vezes desamparados e confusos com orientações contraditórias**, e tantas vezes em situações desconfortáveis em relação aos seus alunos e respectivos pais e encarregados de educação, as mais das vezes em resultado da insuficiência de orientações claras por parte da Administração.

- assegura que o esforço realizado foi intensíssimo, em muitas circunstâncias com encargos financeiros acrescidos, e que **chegamos ao final do ano lectivo com muitos educadores, professores e trabalhadores não docentes completamente esgotados.**
- **entende que é essencial que o próximo ano lectivo comece em condições o mais próximo possível das normais e preferencialmente em situação presencial**, e que, sobretudo, sejam reunidas as condições para que se possa trabalhar para atenuar as perdas educativas acumuladas que são consequência destes tempos difíceis, e que não foi possível evitar, apesar de todo o esforço que foi desenvolvido por milhares de educadores e professores por todo o país.
- manifesta as suas profundas preocupações em relação às condições em que vai decorrer o processo de ensino-aprendizagem em resultado da **fragilidade instalada na sociedade portuguesa** e que se traduz na diminuição dos rendimentos e no crescimento do desemprego.
- sublinha a necessidade de serem adoptadas as medidas que forem necessárias para **garantir que as escolas sejam efectivamente espaços seguros**, em nome do respeito que nos merecem os Alunos e as suas Famílias, os Educadores e Professores e os Trabalhadores Não Docentes das nossas escolas,
- exprime também total **discordância e preocupação sobre as orientações que a DGEstE publicitou para o próximo ano lectivo**, por se resumirem, entre outros aspetos ao uso obrigatório da máscara nos recintos escolares, e registando negativamente que se assuma um distanciamento físico "sempre que possível" de apenas 1 metro, contrariando outras orientações que assumem um mínimo de 1,5 metros. De qualquer forma a generalidade das salas de aula das escolas portuguesas não suportará turmas com 24, 26, 30 alunos, mesmo com o distanciamento de 1 metro.
- **acusa o Ministério da Educação de desrespeito pelo direito à participação dos parceiros sociais da área da Educação** na informação, consulta e negociação das políticas educativas, ao ter determinado o enquadramento da organização do ano lectivo de 2020/2021, **sem a sua consulta adequada.**
- considera **manifestamente insuficientes as verbas previstas no Orçamento Suplementar para as respostas na área da Educação** para garantir as responsabilidades das escolas no próximo ano

lectivo, quer em termos de recursos humanos, quer em termos de recursos financeiros, não podendo haver constrangimentos de ordem orçamental para que todas as necessidades concretas estejam asseguradas.

- apoia os sindicatos da educação na luta reiterada **pelo reconhecimento e valorização de todos quantos trabalham em Educação**, exigindo da tutela respostas para os problemas concretos sistematicamente identificados e que têm sido sucessivamente apresentados ao Governo, até agora sem qualquer disponibilidade para os resolver, em termos de **carreiras, rejuvenescimento, precariedade, formação, qualidade de vida, saúde, aposentação**.

UGT DIZ NÃO À REDUÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO NA TAP

A UGT vem acompanhando com particular atenção o processo da TAP, que culminou no recente acordo que vem alterar a estrutura accionista da empresa e dar uma posição dominante ao Estado.

A UGT considera essencial que se preserve a nossa companhia de bandeira, atento o papel estratégico que desempenha e a sua importância para os milhares de portugueses espalhados pelo Mundo e para a nossa relação com os demais países de língua oficial portuguesa.

A UGT reafirma o que deixou já claro na Resolução aprovada em Secretariado Nacional de 26 de Junho: qualquer que seja a opção encontrada, qualquer que seja o significado da reestruturação que Bruxelas parece querer, **não aceitaremos mais soluções como as que nos foram impostas no tempo da Troika**.

A UGT diz NÃO à redução de postos de trabalho na TAP!

E desta vez cabe ao Governo determinar que o drama da troika não se repete !!!

Aprovado por unanimidade e aclamação

O Secretariado Nacional

Lisboa, 17 de Julho de 2020